

OLHAR HUMANIZADO SOBRE A PESSOA PRESA: UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE SUMARÉ

Silvia Helena MANFRIN¹

RESUMO: O presente artigo tem como proposta apresentar parte de uma experiência vivenciada pela autora no período em que atuou como gestora do Centro de Ressocialização de Sumaré e com isso, trazer uma reflexão sobre o tema Prisão, numa perspectiva de cuidado humanizado, ofertando a pessoa presa a possibilidade de cumprimento de pena com respeito à dignidade humana e investimento no ser humano preso com vistas ao retorno ao convívio social com o menor dano possível pela experiência de aprisionamento. O tema busca lançar uma reflexão sobre o tema do aprisionamento, num momento em que a escolha pela punição aos pobres vem sendo adotada em substituição as políticas sociais de real possibilidade de inclusão

Palavras-chave: Centro de Ressocialização. Direitos Humanos. Prisão. Reintegração Social.

1 INTRODUÇÃO

Atuar no sistema prisional paulista ou em qualquer outro sistema prisional do país representa um grande desafio. Como amplamente retratado em livros e artigos, a prisão é uma instituição de segregação, cujo ambiente interno é repleta de conflitos e violações da individualidade do sujeito. A atuação neste espaço representa um significativo ao profissional assistente social cujo projeto profissional é pautado na defesa intransigente dos direitos humanos e na liberdade.

O propósito deste artigo e sua relevância é socializar parte de uma experiência de trabalho vivenciada pela autora por ocasião de sua atuação como gestora do Centro de Ressocialização de Sumaré, unidade destinada a presos do sexo masculino, no período de novembro de 2001 a outubro de 2003, buscando demonstrar que a proposta de criação de unidades prisionais com este modelo específico, cujo propósito é o tratamento humanizado da pessoa presa com vistas à

¹ Mestre em Serviço Social, docente da Graduação e Pós Graduação do Centro Universitário Toledo de Presidente Prudente, e assistente social na Penitenciária “Wellington Rodrigo Segura” de Presidente Prudente/SP.

reintegração social, destacando a importância do trabalho técnico na consecução desse objetivo.

A prisão, sem sombra de dúvida representa um dos maiores paradoxos sociais na medida em que há um consenso na sociedade que a prisão não resolve o problema da criminalidade e, ainda assim, os números vem crescendo assustadoramente nas últimas décadas.

Grande parte desse contingente de pessoas presas estão jovens que pouco frequentaram os bancos escolares e, portanto, tem pouca possibilidade de competição no mercado de trabalho, sendo presa fácil para a seleção do sistema de punição.

No entanto, como exceção deste quadro desolador, apresenta-se a experiência dos Centros de Ressocialização cujo trabalho é executado com base no respeito ao preso, atendendo ao disposto no artigo 11 da Lei de Execução Penal, que atribui ao Estado a responsabilidade na prestação de assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Nestes locais, além do atendimento aos dispositivos legais, a estrutura arquitetônica foi pensada para atender ao propósito de tratamento humanizado.

A associação desses elementos mencionados, associados a outros aspectos que serão destacados a seguir, contribuiram para a mudança de paradigmas de pessoas em cumprimento de pena, como será demonstrado através de alguns relatos de experiência.

2. A EXCLUSÃO SOCIAL E A INCLUSÃO PRISIONAL – A POLÍTICA DO APRISIONAMENTO QUE ESCOLHE OS POBRES

O Brasil tem vivido nas últimas décadas, tendo como marco a Constituição Federal, avanços e retrocessos em relação às políticas de proteção social. É inegável os ganhos trazidos pela proteção social em diferentes níveis, mas a exclusão social ainda é uma realidade para parte significativa da sociedade brasileira que, à margem da sociedade, acabam por levar jovens pobres ao crime e conseqüentemente às prisões.

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN² em 2014 o Brasil contava com um total de 607.731 pessoas reclusas (entre homens e mulheres), o que representava 300 presos/100.000 habitantes. A mesma fonte menciona que do ano de 2000 a 2014, a população prisional cresceu, em média, 7% ao ano, totalizando um crescimento de 161%, valor dez vezes maior que o crescimento do total da população brasileira.

Desse contingente, é pertinente mencionar que 75% tem entre 18 e 34 anos de idade; deste total 31% tem entre 18 e 24 anos. Do total de presos, 67% são negros e 53% tem ensino fundamental incompleto, 9% apenas alfabetizados e 6% são analfabetos. Dos crimes cometidos, 39,54% referem-se aos crimes contra o patrimônio e 26,97% relacionados às drogas.

Considerando o nível de escolaridade que a maioria dos aprisionados apresentaram, é possível inferir que não possuem qualificação para o mercado de trabalho, pelo pouco tempo que passaram nos bancos escolares, fundamental para a ocupação de colocações mais qualificadas de emprego.

Globalização, capital financeiro, automação industrial, dentre outros, provocaram uma mudança significativa no mundo do trabalho: redução de empregos formais, especialização na mão de obra, subempregos, desemprego em massa. O mercado automatizado e financeiro utiliza a qualidade, prescindindo da quantidade de profissionais: cada vez menos pessoas exercem mais atribuições e de forma mais qualificada.

Aqueles que não são incluídos nesse novo mundo do trabalho são os que Marx (2001) denominou de exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva. E é nesse vão criado pelo funcionamento da sociedade capitalista que o sistema punitivo arregimenta seu exército.

Os dados nos mostraram que os crimes cometidos são destacadamente aqueles praticados contra o patrimônio. Não se trata de crimes praticados com alto grau de organização e sofisticação como os crimes de sequestro, formação de quadrilha, crimes do “colarinho branco”.

A impossibilidade de acesso ao mínimo necessário para uma vida digna pode funcionar como uma mola propulsora para o ingresso na marginalidade.

² DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, órgão subordinado ao Ministério da Justiça. Dados do relatório do ano de 2014.

O crime tem, como diz Garland (2008) uma distribuição social bastante desigual, concentradas nos locais mais empobrecidos.

Os crimes, em especial nas periferias, acabam por ser uma conduta já esperada, como que naturalizada pela ausência de possibilidades emancipatórias dos sujeitos, passando a fazer parte do cotidiano e das estatísticas policiais. Os jovens, excluídos do processo produtivo, despreparados para a competição capitalista, sem horizontes e sem esperança acabam sendo cooptados pelo crime como uma alternativa de vida.

É fato que não há lugar ao sol para todos na sociedade capitalista que, com suas constantes metamorfoses, torna o mercado de trabalho cada vez mais reduzido e especializado. Aqueles que não conseguem acessar o exigente mercado de trabalho, pela falta de oportunidades ou de preparo para competição selvagem imposta pelo mercado capitalista são relegados à margem da sociedade e com isso são facilmente cooptados pelo sistema punitivo. A passagem pela prisão acarreta uma reiteração dessa marginalidade, perpetuando o processo de exclusão social.

[...] a despeito do enriquecimento coletivo das décadas de industrialização, a sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades. (WACQUANT, 2001, p. 08)

O aumento generalizado da população carcerária no Brasil o coloca em quarto lugar no aprisionamento mundial³. Esse dado demonstra claramente que a prisão vem sendo utilizada comumente como uma alternativa para a resolução de conflitos sociais resultantes do encolhimento do Estado na execução de políticas públicas incapazes de promover a distribuição da riqueza produzida socialmente e a inclusão social. É o uso do sistema penal

[...] como instrumento de administração da insegurança social e de contenção dos deslocamentos, que as políticas de desregulamentação econômica e de retração do Estado de bem-estar social criaram na base da estrutura de classes. (WACQUANT, 2008,p.13)

³ Dados do DEPEN colocam o Brasil como o 4º país que mais aprisiona no mundo, perdendo para os Estados Unidos, China e Rússia.

Na mesma direção, aponta Bauman (1999, p.119-120), ao mencionar que:

[...] o confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho ao qual se reintegrar”.

Da mesma forma que as pessoas são aprisionadas, após o cumprimento de suas penas, elas retornarão à vida em sociedade. Deste modo, é preciso pensar em formas de aprisionamento que possam, de alguma forma, instrumentalizar a pessoa presa para o seu retorno à convivência social.

Os Centros de Ressocialização foram pensados como uma alternativa ao sistema prisional tradicional, como já dito, com estrutura arquitetônica diferenciada, participação da sociedade civil organizada na administração, dentre outras particularidades como será detalhado a seguir.

3. CENTROS DE RESSOCIALIZAÇÃO – UMA PROPOSTA DIFERENTE

Os Centros de Ressocialização no Estado de São Paulo foram criados a partir de uma experiência implantada na cadeia pública da cidade de Bragança Paulista pelo então juiz Nagashi Furukawa e por ele expandida quando esteve à frente da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo SAP, no período entre dezembro de 1999 a maio de 2006.

Em São Paulo há 22 Centros de Ressocialização, todos eles inaugurados na gestão de Nagashi Furukawa. Após sua saída do comando da SAP, algumas dessas unidades perderam suas características originais, tornando-se unidades de regime semiaberto comuns.

Os Centros de Ressocialização são unidades construídas, em sua maioria, para abrigar até 210 presos ou presas⁴. As construções são diferenciadas das demais unidades prisionais, assim como sua administração realizada em parceria com a sociedade civil (ONG) e outras entidades parceiras, além da metodologia adotada para seu funcionamento interno, no que tange ao tratamento com o preso e sua participação em seu processo de prisão e reintegração.

⁴ Há alguns Centros de Ressocialização cuja capacidade de lotação é reduzida em função dos prédios serem adaptações de cadeias públicas.

3.1 A arquitetura dos Centros de Ressocialização

Os Centros de Ressocialização foram especialmente planejados para proporcionar condições que pudessem favorecer a reintegração da pessoa presa. A unidade é pintada em cores, diferentemente do cinza predominante em outras prisões. Não existem celas, há 3 blocos de alojamentos, separados por grades internas e salas de uso comum. Nos alojamentos existentes nos blocos tem portas e janelas similares a qualquer residência ou escola e conta ainda com banheiro coletivo e duas oficinas de trabalho. Há ainda um espaço de uso comum e uma quadra de esporte, também utilizada por todos. As refeições são feitas em refeitório próprio, com mesas e bancos.

A unidade é construída para abrigar presos nos três diferentes períodos de aprisionamento: provisório, condenado em regime fechado e em regime semiaberto. Há apenas duas celas⁵ para o recebimento de presos logo após seu ingresso na unidade.

Há ainda a área administrativa, que fica na entrada da unidade, composta de várias salas, além de enfermaria e gabinete odontológico.

Em relação ao aparato de segurança a segurança é mínima, com muros baixos e poucas barreiras que separam a unidade do mundo externo. E esta era a ideia. Quem ali estivesse, teria que ter compromisso pessoal com o cumprimento de sua pena.

3.2 Parceria com ONG e voluntários

Os Centros de Ressocialização foram concebidos para serem administrados em parceria firmada entre o Estado e uma instituição ou ONG. A cada um desses entes caberiam atribuições específicas, dispostas em contrato.

Além dessa parceria formal, também existia a figura do voluntário que doaria parte do seu tempo para o desenvolvimento de alguma atividade na instituição.

⁵ No projeto inicial havia apenas uma cela, mas em Sumaré, por estar em uma região de alto índice de criminalidade, foi realizada uma modificação em uma das celas destinada a pessoas com deficiência. Posteriormente outros CRs também fizeram a mesma modificação.

À ONG caberia a contratação de profissionais (advogados, enfermeiros, assistentes sociais, médicos, psicólogos, dentista, administrativos etc.). A prestação de alguns desses serviços poderia ser feita por profissionais cedidos pelo poder público municipal para a redução de custos.

Cabe esclarecer que os custos de manutenção dos CRs eram significativamente inferiores aos aperados em unidades convencionais, o que gira em torno de “20% a 30%, porque permite mais agilidade nas aquisições de mercadorias e abre o poder de negociação nas compras” como nos esclarece Furukawa (2015).

Especificamente em Sumaré, firmamos parceria com vários voluntários, dentre eles professores de artes em geral: música, pintura, esporte, teatro, dentre outros, além de contar com a parceria das famílias dos presos em organização de eventos em geral.

3.3. Ingresso de presos no Centro de Ressocialização de Sumaré

Os presos nos CRs em geral ingressavam na unidade após uma seleção prévia. Via de regra, os presos deveriam ser primários, preferencialmente com baixo potencial ofensivo e pertencer à cidade ou região.

No Centro de Ressocialização de Sumaré, esta seleção era realizada por profissionais do Estado da área de segurança e técnicos da ONG, assistentes sociais e psicólogos que realizavam suas triagens, a partir do estabelecimento prévio de um perfil desejável para a inclusão.

Os presos eram entrevistados na Cadeia Pública da cidade, nos Centros de Detenção Provisória de Americana, Campinas e Hortolândia e excepcionalmente nas unidades prisionais da região.

Essas entrevistas de triagem eram realizadas com regularidade, devendo os presos serem indicados pelos gestores das unidades visitadas, de acordo com o perfil já mencionados. Outra forma de seleção era através da procura de familiares na unidade, que solicitavam a inclusão de seu familiar, desde que atendidos os critérios estabelecidos.

Feita a seleção, após o ingresso, os presos passavam por um período de observação, separados dos demais presos e neste tempo eram instruídos sobre o funcionamento da instituição. É sobre essa metodologia que trataremos a seguir.

3.4 A metodologia de trabalho no Centro de Ressocialização de Sumaré.

Ao ingressar no CR de Sumaré, o preso era instruído pela área de segurança sobre as regras de conduta a serem adotadas, baseadas no respeito mútuo e no diálogo e que esta era a regra basilar para a permanência no local. Eram orientados sobre horários, procedimento e todos os demais ritos necessários à inclusão na unidade.

Nos dias que se seguiam, passavam por atendimento com o setor de saúde, advogado e técnicos, além da instrução feita por seus pares, ou seja, por presos que já estavam na unidade e exerciam funções específicas.

Mas há alguns aspectos que diferenciam absolutamente o trabalho do CR de outras unidades e que é central para o sucesso da proposta: a responsabilização do preso por seu processo de reintegração social, seja através de atividades desempenhadas no interior da prisão, associadas à oferta de trabalho técnico qualificado prestado por assistentes sociais e psicólogas.⁶

Essa responsabilização se dava na instrução inicial e no trabalho posterior de amparo e reflexão prestados pelos profissionais técnicos através de atendimentos individuais e grupais, amplamente pensados e planejados com o propósito de provocar reflexões e disparar processos de mudança nos presos, agora chamados de reeducandos.

Além desse trabalho altamente qualificado, outro elemento igualmente importante era a participação do preso na administração da unidade. Todos trabalhavam na unidade, dentro e fora da instituição, de acordo com as possibilidades legais do regime em que se encontrava.

Alguns presos, previamente selecionados exerciam funções de interlocutores dos demais presos junto à direção. Esses presos candidatam-se e eram eleitos pelos demais por voto direto e após a eleição, recebiam a função do que se denominou de coordenador de ala. Eram três os coordenadores, um para cada respectiva ala.

A função desses coordenadores era de interlocutores ou facilitadores dos demais presos, em suas requisições individuais e coletivas. Quando individuais,

⁶ Adoto aqui o gênero feminino porque durante o período em que fui gestora do CR de Sumaré, o trabalho técnico foi conduzido apenas por mulheres.

eram encaminhadas para os setores, de acordo com a demanda. Quando coletivas, eram discutidas com todos, nos locais de uso comum.

Havia ainda os presos que trabalhavam como responsáveis pelos portões internos, responsáveis pela locomoção dos presos internamente, trabalhando na abertura e fechamento dos portões internos.

O exercício dessas funções descritas, exigia do reeducando uma mudança de postura, uma vez que invertia o pensamento vigente nas demais unidades prisionais. A pessoa presa no CR responsabiliza-se por sua trajetória e exerce funções jamais admitidas em outros locais. Em unidades comuns, é inimaginável presos terem a chave da prisão e trancarem seus pares. Discutir o funcionamento interno com a direção e fazer sugestões de mudanças também era algo distante.

Havia outras funções também exercidas pelos reeducandos em nível administrativo, manutenção, recepção na portaria externa, dentre outros, que não será possível detalhar neste artigo.

No entanto, é pertinente mencionar que em todo o período de permanência no CR de Sumaré, todos, sem exceção, entendiam que a responsabilidade pela condução de suas vidas era algo pessoal e intransferível. Àqueles que não conseguiam lidar com essa situação acabavam pedindo para ir para unidades tradicionais, no que eram prontamente atendidos.

3.5 Os voluntários e as famílias: importantes pilares para a reintegração social

Ao longo de quase três anos foram vários os voluntários que passaram pelo CR de Sumaré e representaram grandes ganhos a todos.

Professora de pintura em tela deu visibilidade a muitos artistas. O professor de capoeira trouxe cultura e disciplina, além de agregar disciplina aos participantes.

O professor de teatro, uma história à parte, deu vida nova a muitas pessoas que passaram a se expressar por meio da arte.

A parceria com a UNICAMP trouxe ganhos significativos com os chamados “jogos cooperativos”, possibilitando pensar em si e no outro e auxiliar sobremaneira no difícil convívio coletivo.

A parceria firmada com os jovens do Narcóticos Anônimos, NA, foi muito significativa e representou o divisor de águas na vida de muitos jovens que estavam presos pelo uso de drogas e o cometimento de crimes associados à dependência química. Experiência ímpar, fruto de trabalho sério e comprometido.

Há tantos outros aqui não mencionado, mas não menos importantes.

A importância do voluntário, além das contribuições já elencadas, é trazer para a pessoa privada de liberdade o frescor da vida em liberdade. É possibilitar sentir-se livre, ao menos nos momentos de aprendizado e troca e aprender a valorizar a si e ao outro que vem até uma unidade prisional para doar-se ao outro, sem troca financeira, mas com muita troca humana, afetiva.

E as famílias. Muitas delas transformaram-se em grandes parceiras que auxiliam a muitos: os seus e os outros. Parcerias que permaneceram mesmo após a liberdade de seus filhos, mas por entender que havia aqueles que precisavam de amparo e afeto.

Verdadeiro aprendizado a todos que foram envolvidos no processo.

3.6. Relatos de algumas vivências significativas

Muitas foram as situações vividas, mas não há como trazê-las todas em um único artigo, sendo preciso selecioná-las. E o rigor científico pode ficar um tanto comprometido, porque trata-se de experiências vividas, não sendo possível neste caso, a isenção total nas narrativas.

3.6.1 Reuniões sobre uso de drogas

Como já mencionado, o NA foi um dos parceiros no CR de Sumaré. Sua entrada foi encarada inicialmente com desconfiança e certo desconforto. No início foi muito difícil conseguir a adesão das pessoas, mas quando entenderam que a proposta era realmente de ajuda, o trabalho fluiu e deu lindos frutos.

Bem sabemos que a droga está em todos os lugares e seria ingênuo achar que o CR estaria fora deste circuito. E não estava.

No entanto, com o amadurecimento do grupo após certo tempo da presença do NA, as reuniões entre os reeducandos possibilitaram a pactuação, em comum acordo, da necessidade de não permitirem a entrada de drogas como um

fator de compromisso mútuo. Após esse acordo, que foi comunicado à direção, foram meses de inspeção sem a apreensão de nenhuma droga no interior do CR.

Alguns anos depois, soube que um dos reeducandos que participava dos grupos, após receber a liberdade, passou a atuar em vários locais do país como multiplicador do NA, levando sua vivência para mudar outras vidas.

3.6.2 De preso a empresário

Um dos reeducandos que exercia a função de coordenador de Ala manifestou o desejo de abrir uma empresa para empregar outros presos, uma vez que em sua visão empresarial, sabia que teria vantagens na contratação de mão de obra e ainda prestaria um serviço de função social

Ideia socializada com a ONG parceira, foi-lhe cedido o espaço da lavanderia. Lá passou, além da contrapartida de lavar as roupas da unidade e empregar presos, a prestar serviços para diferentes hotéis da região.

Soube, algum tempo depois, que fechou sua empresa no CR após sua liberdade, abriu outra na região e continuou a empregar presos e era bem-sucedido.

3.6.4. Reescrevendo sua história

Mário⁷ entrou no CR de Sumaré com uma ampla lista de crimes de estelionato. Rapidamente, como é característico de pessoas que cometem esse tipo de delito, seduziu a todos com sua simpatia.

Em pouco tempo tornou-se coordenador de ala e teve um bom desempenho.

Fisicamente era um homem alto, corpulento, de voz forte. Mas carregava dentro de si algumas dores que o aprisionavam interiormente. Não tinha sido reconhecido por seu pai, tendo o triste registro de ignorado no lugar do nome de seu pai.

Trabalhada esta questão com muita sensibilidade pela equipe técnica, os contatos com o pai, há tempos perdido, foi retomado, bem como o reconhecimento realizado formalmente.

⁷ Nome fictício

Anos se passaram até um dia que recebi uma ligação e era Mário. Nem sei como me achou, mas o fez para contar que estava empregado em uma multinacional e que ingressara na faculdade. Ligara para agradecer tudo o que viveu no CR de Sumaré. Foi um dia de muita emoção e de certeza do resultado da proposta inovadora do CR, pensado por um homem muito a frente de seu tempo: Nagashi Furukawa.

3.6.5 Encontrar seu lugar no mundo

Roberto⁸ era um rapaz com muitos problemas na vida. Foi, ao longo de sua vida, submetido a inúmeras vulnerabilidades. De origem muito humilde, passou por inúmeras privações e acabou por tornar-se dependente químico e, como acontece todos os dias, acabou praticando roubos para manter o vício.

Fisicamente era um rapaz com muito pouco atrativos físicos, mas de uma simpatia e bondade contagiantes. Pois é, é sim possível que alguém que cometa crimes reúna qualidades como as mencionadas.

Recebeu muito apoio da equipe técnica e de todos do CR e conseguiu romper com o uso de drogas. Durante duas saídas temporárias optou por não sair por achar que não estava fortalecido o suficiente para o retorno, mesmo que por penas alguns dias, à liberdade e suas ofertas. Sua decisão foi respeitada por todos.

Na terceira vez que teve autorização para a saída temporária entendeu que estava forte o suficiente para resistir às ofertas que sabia, aconteceriam. Fez um pedido: que eu o esperasse no dia do retorno para que tivesse forças para voltar. Eu prometi que lá estaria a sua espera.

No dia do retorno, conforme combinado, lá estava eu. Ao me ver, se aproximou e pediu um abraço e disse que conseguiu resistir a tudo e que estava limpo.

Passado um tempo, começou a apresentar problemas de saúde. Diagnóstico: HIV positivo e os problemas eram relacionados à baixa imunidade. Novos problemas e novamente a equipe prontamente o acolheu e mais uma difícil etapa foi vencida.

⁸ Este nome também é fictício.

No dia de sua liberdade, eu estava fora, em reunião. O diretor que me substituíra me ligou informando que Roberto só sairia em liberdade depois que eu voltasse porque precisava me dizer algumas coisas.

Cheguei ao CR já era por volta das 19 horas e lá estava ele: mala feita, todo arrumado e me esperando na portaria. Levei-o até a minha sala e lá começamos a ter nossa última conversa, da qual jamais me esqueci. A espera era para dizer que aprendeu ali dentro, comigo e com minha equipe, algo que ninguém jamais, em tempo algum, tiraria dele novamente: a autoestima. Ali, disse ele, aprendeu que tinha um valor como ser humano e isso, levaria para o resto de sua vida.

Me emocionei muito e todas as vezes que conto essa história (e já foram muitas vezes), sinto a mesma emoção. E afirmo com convicção e vivência: é possível o tratamento humanizado nas prisões. É possível que pessoas que cometeram crimes escrevam outras histórias.

Considerações Finais

A prisão boa é aquela que não existe. Isso é óbvio. Bom seria se vivêssemos em uma sociedade solidária, na qual pudéssemos acolher aqueles que erram e trazê-los para um caminho diferente. Mas nossa sociedade está longe disso. Nossa sociedade elegeu com muita força a segregação de determinadas camadas da sociedade.

Então, se nosso desenvolvimento humano não leva à prisão, não seria mais inteligente que investíssemos nessa prisão para tratar adequadamente aqueles que tem possibilidades concretas de serem reintegrados à sociedade?

Num dia, recebemos a visita de uma repórter do jornal Folha da Tarde, Rita Magalhães, que acompanhou por um dia inteiro o cotidiano do CR e à noite participou de uma recepção destinada ao recebimento de autoridades de diferentes localidades que queriam conhecer a proposta. Neste dia, numa das apresentações, os reeducandos cantaram uma música que fazia sucesso na voz dos “Titãs”: “É preciso saber viver”. Escreveu em seu artigo, publicado no dia seguinte, iniciando com essas palavras: “Se o bem e o mal existem, você pode escolher; é preciso saber viver”. Em seguida escreveu que estas palavras nunca mais teriam o mesmo

sentido para sua vida, após conhecer o real sentido que elas faziam por tudo que viu e ouviu...

Creio que esse foi o olhar e o pensamento do idealizador dessa ideia no Estado de São Paulo, Dr. Nagashi Furukawa, ao criar unidades que, sem filtros, proporcionaram a reintegração de muitos e ainda com custos significativamente menores que as unidades convencionais.

Este artigo é um registro necessário de uma experiência comprovadamente exitosa que por opções políticas de governo deixaram de se tornar uma política de Estado. E uma luz aos que virão no futuro, para quem sabe, retomar o bom exemplo de trabalho novamente como uma possibilidade concreta de reintegração social da pessoa presa.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia S. Ética, Direitos Humanos e Diversidade. In: *Cadernos Especiais*, n. 37, edição: 28 de agosto a 25 de setembro, 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br, acessado em 02 de abril de 2011.

BAUMAN, Zigmund. *Globalização: as consequências humanas*. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL, Leis 7.210/84 e Lei 10.792, de 1ª de dezembro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> acessado em 03.02.2012.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da Pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital - PCC no sistema carcerário paulista*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Tese de Doutorado, 2011.

FURUKAWA, Nagashi. *Os Centros de Ressocialização*. Revista Jurídica Jota on line, publicada em 13 de julho de 2015.

RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

VARELLA, Dráuzio. *Os Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da Miséria*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

_____. *Da Escravidão ao Encarceramento em massa: Repensando a "questão racial" nos Estados Unidos*. In: *Contragolpes – seleção de artigos da New Left Review*. Boitempo. São Paulo, 2006.